

separação e divórcio

separação → A separação coloca um fim na sociedade conjugal, ou seja, depois de separada judicialmente, a pessoa deixa de ter o dever de cumprir com os deveres conjugais, como o de fidelidade e coabitação.

↳ o regime de bens também não será aplicado aos bens adquiridos após a separação. @beatriznamiestudies

↳ uma ação que é uma opção p/ o fim desses relacionamentos é a separação de fato.

↳ a separação é o momento que antecede o divórcio e pode gerar efeitos jurídicos.

* a separação era um instituto obrigatório até o ano de 2010.

2 tipos {
separação amigável: ambos aceitam o fim da união
separação litigiosa: à pedido de apenas uma das partes

* se o casal tiver filhos, obrigatoriamente o divórcio acontecerá na justiça para que o MP possa garantir os interesses do menor.

* a partilha de bens será realizada de acordo com o regime de bens determinado antes.

↳ comunhão parcial de bens: regime mais comum no Brasil, nele somente os bens que foram adquiridos por meio de gastos durante o casamento são incluídos na partilha.

↳ comunhão universal de bens: os bens adquiridos antes e durante o casamento são divididos.

↳ separação total de bens: não há nenhuma divisão a ser feita, não há nada que seja passível p/ dividir, cada um tem o seu.

↳ participação final nos aquestos: apenas os bens que foram adquiridos com investimento mútuo do casal são partilhados igualmente.



divórcio → o divórcio é responsável por extinguir tanto a sociedade consensual quanto o vínculo matrimonial.

@beatriznamiestudies

▷ com o advento da Constituição e o Código civil de 2002, o divórcio pode ser direto ou indireto. O divórcio direto poderia ser decretado desde que comprovados 2 anos de separação de fato. O divórcio indireto poderia ser decretado desde que comprovado um ano da separação judicial.

▷ depois da emenda 66/2010, o divórcio judicial pode ser decretado a qualquer tempo, necessidade de ingressar com ação quando há filhos menores. O divórcio extrajudicial pode ser decretado a qualquer tempo e feito por escritura pública, desde que seja amigável e não haja filhos menores.

